Extensão universitária e reforma agrária: reflexões metodológicas sobre o Estágio Interdisciplinar de Vivências

University extension and agrarian reform: methodological reflections on the Interdisciplinary Experiential Learning Internship

Maria Luiza Biacchi Vione
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil
Vitória Menezes Contessa
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.
Emanuelle Roberta de Britto Somavila
Discente do curso de Direito (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil
Daniel Lucas Balin
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil
Vanderlei Franck Thies
Professor no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil

GT 08 - Extensão Rural e Diálogos Interculturais

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar e discutir a proposta metodológica do Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV) desenvolvido como projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tomando como referência as edições realizadas em 2025 e 2026. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental de atas da Comissão Político-Pedagógica (CPP) e entrevistas semiestruturadas com estagiários(as) e organizadores(as) do estágio. O referencial teórico articula a temática da reforma agrária, o método pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) e os fundamentos da extensão universitária e rural críticas. Os resultados evidenciam o protagonismo estudantil como elemento estruturante da metodologia do EIV, expresso na organização coletiva do estágio e na atuação da CPP nas dimensões pedagógica e organizativa. Destaca-se ainda a centralidade da alternância entre tempos educativos, da inserção territorial nas comunidades assentadas e da convivência coletiva como princípios formativos que contribuem para a construção de uma leitura crítica da realidade agrária. Por outro lado, foram identificados limites relacionados à preparação metodológica prévia dos organizadores e à ausência de processos sistemáticos de avaliação após a realização do estágio. Conclui-se que o EIV configura-se como uma experiência relevante de formação universitária articulada à extensão crítica, ao promover a aproximação entre universidade e territórios da reforma agrária e contribuir para a formação de futuros profissionais comprometidos com a transformação social, indicando também a necessidade de fortalecer processos formativos continuados.
Palavras-chave: estágio interdisciplinar de vivências, extensão universitária, reforma agrária, formação extensionista.

Abstract: This article aims to present and discuss the methodological proposal of the Interdisciplinary Experiential Learning Internship (EIV) developed as an extension project of the Federal University of Santa Maria (UFSM), taking as a reference the editions carried out in 2025 and 2026. The research is characterized as qualitative, exploratory and descriptive, based on a literature review, document analysis of minutes from the Political-Pedagogical Commission (CPP), and semi-structured interviews with interns and internship organizers. The theoretical framework articulates the theme of agrarian reform, the pedagogical method of the Josué de Castro Institute of Education (IEJC), and the foundations of critical university and rural extension. The results highlight student protagonism as a structuring element of the EIV methodology, expressed in the collective organization of the internship and in the CPP's role in the pedagogical and organizational dimensions. The study also highlights the centrality of alternating educational periods, territorial insertion in settled communities, and collective coexistence as formative principles that contribute to the construction of a critical understanding of agrarian reality. On the other hand, limitations were identified related to the organizers' prior methodological preparation and the absence of systematic evaluation processes after the internship. It is concluded that the EIV (Internship and

Development Internship) constitutes a relevant experience of university education articulated with critical extension, promoting the approximation between the university and agrarian reform territories and contributing to the training of future professionals committed to social transformation, also indicating the need to strengthen continuous training processes.
Keywords: interdisciplinary internship experience, university extension, agrarian reform, extension training.

1. Introdução

O Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV) constitui-se como uma proposta formativa vinculada à extensão universitária que busca promover a inserção de estudantes em comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária, articulando teoria e prática por meio da vivência direta nos territórios (Correia Dias et al., 2013; Pageú et al., 2015). Essa iniciativa visa fortalecer a formação crítica e comprometida socialmente, permitindo aos estudantes compreenderem, a partir da experiência concreta, as dinâmicas sociais, econômicas e produtivas do campo brasileiro.

Esse estágio surgiu da necessidade de estudantes de Agronomia compreenderem o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado no país a partir da década de 1970. A proposta buscava aproximá-los da realidade dos trabalhadores rurais marginalizados por esse processo, permitindo analisar os impactos e contradições de um projeto que não atendia às demandas e necessidades desse grupo social naquele contexto (Maia *et al*. 2011). A primeira experiência de Estágio de Vivência no Brasil ocorreu entre 1988 e 1989, no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul. A iniciativa foi organizada pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Maia *et al*. 2011). Posteriormente outros cursos e áreas foram se incorporando à iniciativa, dando origem ao EIV.

Tal iniciativa se estrutura como um espaço de troca de saberes entre universidade, movimentos sociais e comunidades, valorizando tanto o conhecimento científico quanto os saberes populares construídos historicamente nesses territórios (Maia et al., 2011). Nesse sentido, a vivência configura-se como uma prática pedagógica que rompe com modelos tradicionais de ensino, ao deslocar o processo formativo para além da sala de aula e promover o contato direto com realidades frequentemente marginalizadas no contexto acadêmico.

Conforme Paim et al. (2025), o estágio está estruturado em três grandes etapas, sendo elas: 1) preparação para as vivências - contempla estudos e formação reflexiva acerca da questão agrária, visando compreender o contexto organizativo e produtivo do espaço agrário, sendo realizado com todo grupo junto; 2) vivência - estudantes moram temporariamente junto a uma família assentada, onde participam das atividades e modo de vida das famílias em suas propriedades, sendo realizada de modo individual em diferentes assentamentos; 3) avaliação e

socialização das vivências - estudantes compartilham e analisam as experiências vivenciadas, o grupo volta a se reencontrar para realizar essa etapa final.

O Estágio de Vivência consiste em um período no qual estudantes universitários se inserem no cotidiano de comunidades rurais e assentamentos. Essa experiência busca problematizar a necessidade de uma profunda reorientação dos modelos de organização socioeconômica da agricultura, com vistas à sua sustentabilidade. Nesse sentido, propõe-se avançar em direção a formas de produção de alimentos com maior qualidade biológica, livres de agrotóxicos e desenvolvidas de maneira ambientalmente mais responsável (Caporal, 2002).

Diversos estudos destacam a importância do EIV na formação de estudantes, especialmente das áreas de Ciências Agrárias, ao possibilitar uma compreensão mais ampla das questões relacionadas à reforma agrária, à produção agrícola e às desigualdades no campo (Da Ros, 2005; FEAB, 2005; Schley, 2020; Kenne, 2021). A experiência vivencial permite que os participantes desenvolvam uma leitura crítica sobre o espaço rural, reconhecendo os conflitos territoriais e as estratégias de resistência construídas pelas populações camponesas. Daí decorre a importância do registro e reflexão sobre o EIV, pois tal experiência enfrenta a problemática do distanciamento acadêmico com a realidade rural e suas contradições no processo de formação profissional, sendo esse um dos aspectos que justifica a realização deste trabalho.

A realização do EIV em diferentes estados brasileiros evidencia a diversidade de experiências e a capacidade dessa metodologia de se adaptar a distintos contextos territoriais, mantendo como eixo central a formação crítica e interdisciplinar dos estudantes (Correia Dias et al., 2013; Pageú et al., 2015). No caso específico de Santa Maria/RS, há uma trajetória consolidada dessa proposta, marcada pela articulação entre universidade, movimentos sociais e organização estudantil (Paim et al., 2025), que se manifesta objetivamente na realização da vigésima edição do EIV no início de 2026. Todavia, observa-se a fragilidade no registro e reflexão dos aspectos metodológicos dessa experiência, sendo essa uma das justificativas da realização do presente trabalho.

Além disso, o trabalho se insere no debate sobre curricularização da extensão universitária, impulsionado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece a obrigatoriedade da inserção de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades extensionistas, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo a interação entre universidade e sociedade (Brasil, 2018; Marques; Stallivieri, 2024). Nesse contexto, iniciativas como o Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV) configuram-se como importantes espaços formativos ao aproximar estudantes de realidades

sociais concretas no meio rural, contribuindo para a formação crítica de futuros profissionais e extensionistas.

Nesse cenário, o presente trabalho objetiva apresentar e discutir a proposta metodológica do EIV, considerando os fundamentos teóricos que embasam o método e, para tal, toma como objeto de análise a experiência concreta das duas últimas edições do EIV promovidas pela UFSM, nos anos de 2025 e 2026. O artigo é composto, além desta introdução - onde se apresenta a temática, contexto, objetivo e justificativa do trabalho, por uma seção com o referencial teórico, seguida do detalhamento da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Depois disso, são apresentados e discutidos os resultados do estudo e encerra-se com as considerações finais.

2. Da reforma agrária a extensão universitária: o horizonte metodológico do EIV

2.1 REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária, enquanto processo histórico, social e político, constitui um elemento central para a compreensão da questão agrária brasileira e das desigualdades estruturais que marcam o campo. Sua análise no âmbito da formação universitária torna-se fundamental, uma vez que permite a construção de uma leitura crítica sobre o território, as relações de produção e os conflitos sociais que permeiam a realidade rural no Brasil.

Historicamente, a concentração fundiária no país tem suas raízes no período colonial, sendo consolidada por marcos legais como a Lei de Terras de 1850, que instituiu a terra como mercadoria e restringiu seu acesso às classes populares. Conforme argumenta Martins (1994), a questão agrária brasileira não se limita à distribuição da terra, mas expressa um conjunto de relações sociais desiguais, profundamente vinculadas à formação histórica do capitalismo no país. Nesse sentido, a reforma agrária deve ser compreendida como um processo que busca não apenas a redistribuição fundiária, mas a transformação dessas relações sociais.

Esse entendimento é ampliado por Fernandes (2000), que concebe a reforma agrária como um processo de produção de territórios. Para o autor, os assentamentos rurais configuram-se como territórios construídos a partir da luta social, nos quais se estabelecem novas formas de organização, produção e sociabilidade. Essa perspectiva é particularmente relevante para a

formação universitária, pois desloca o foco da análise da terra como recurso, para a compreensão do território como espaço vivido, produzido e disputado.

A partir da década de 1980, a emergência e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensificaram o debate sobre a reforma agrária no Brasil, trazendo novas dimensões ao tema. Segundo Stedile e Fernandes (2012), a proposta de reforma agrária defendida pelo movimento ultrapassa a lógica distributiva, incorporando princípios como a cooperação, a soberania alimentar e a construção de um projeto popular de desenvolvimento. Tal abordagem amplia o escopo da discussão e reforça a necessidade de que a universidade dialogue com essas experiências concretas.

Nesse contexto, a formação universitária crítica exige a incorporação de práticas que articulem teoria e realidade social. É nesse ponto que a reforma agrária se torna um campo privilegiado de aprendizagem, sobretudo quando vinculada a metodologias que promovem a inserção dos estudantes em territórios rurais, como faz a experiência do EIV. Tal experiência permite que os estudantes compreendam, desde a vivência na realidade, as dinâmicas territoriais, os processos organizativos e as condições de vida nos assentamentos.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os fundamentos do método pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), entidade vinculada ao MST, que se estrutura a partir da relação dialética entre teoria e prática e da centralidade da realidade como base da produção do conhecimento (IEJC, 2003). No método do IEJC, a formação ocorre por meio da alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, garantindo que o processo educativo esteja enraizado nas práticas sociais dos sujeitos do campo.

Ademais, a valorização da coletividade e da organização social, elementos estruturantes tanto da reforma agrária quanto do método do IEJC, contribui para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Caldart (2004) destaca que a Educação do Campo, vinculada às lutas pela terra, propõe uma formação que articule trabalho, cultura e organização coletiva, rompendo com a lógica individualista, predominante na educação tradicional.

Dessa forma, a inserção da temática da reforma agrária na formação universitária, especialmente por meio de experiências de extensão universitária como o EIV e de referenciais teóricos como o método do IEJC, possibilita a construção de uma formação mais crítica, contextualizada e comprometida com as demandas sociais. Trata-se de um processo que contribui não apenas para a compreensão da realidade agrária brasileira, mas também para a

formação de profissionais capazes de atuar de maneira ética, mais sintonizada e transformadora nos territórios em que estão inseridos.

2.2 O MÉTODO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO JOSUÉ DE CASTRO

O método pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) orienta de forma teórica e metodológica o desenvolvimento do EIV. Articulando a educação com o trabalho, território e luta, esse método busca promover a formação crítica e socialista baseada na alternância e no trabalho como princípios fundamentais, o método se organiza em fases, descritas no quadro 1.

Quadro 1- Princípios do Método do Instituto Josué de Castro

Princípios do Método	**Sistematização**
1. Engenharia Social	Planejamento do processo formativo; Integra teoria e prática; Define como a formação acontece.
2. Arquitetura Social	Estrutura coletiva; Inserção em grupos; Responsabilidade compartilhada.
3.Ambiente Educativo	Aprendizagem em múltiplos espaços; Cotidiano como pedagógico.
4. Estudo	Concepção de mundo; Capacitação técnica e política; Aprendizagem crítica.
5.Movimento (Dialética)	Prática → teoria → prática; Leitura da realidade; Contradições sociais.

6. Acompanhamento	Ninguém se educa sozinho; Monitoramento do aprendizado; Avaliação contínua.
7.Formação da Personalidade	Formação humana integral; Valores coletivos; Consciência crítica.
8.OFOC (Oficina Organizacional de Capacitação)	Aprender fazendo; Desenvolvimento de competências; Formação política e técnica.

Fonte: Adaptado de IEJC (2003).

Um dos principais pontos de convergência do método do IEJC com o EIV vem da utilização da engenharia social proposta pelo método, como o princípio da alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade (quadro 2). No IEJC, o Tempo Comunidade é compreendido como espaço de experimentação, pesquisa e vivência concreta, no qual os educandos mantêm vínculo com seus territórios e com o movimento. No EIV, se estrutura na imersão dos estudantes em assentamentos e comunidades rurais, possibilitando a articulação entre teoria e prática.

Quadro 2- Elementos da Engenharia Social

Elemento da construção da engenharia social	**Descrição**
Alternância	Divisão entre Tempo Escola e Tempo Comunidade
Tempos Educativos	Organização do cotidiano em tempos (estudo, trabalho, cultura etc.)
Trabalho	Trabalho como princípio educativo e elemento formador
Gestão Democrática	Participação coletiva na organização da escola

Pesquisa	Investigação da realidade como base do conhecimento

Fonte: Adaptado de IEJC (2003)

Além disso, a concepção de trabalho como princípio educativo, presente no método do IEJC, contribui para compreender as práticas desenvolvidas no EIV. Durante o estágio, os estudantes participam das atividades cotidianas nas comunidades durante o período de vivência, mas além disso, no tempo de preparação e formação se organizam em Núcleos de Base (NBs), para manter a organização do espaço na realização de tarefas cotidianas nos chamados Tempo Trabalho. Essas tarefas, como limpeza dos banheiros, cozinha, ornamentação dos espaços de plenária, são realizadas não apenas para manutenção do espaço, mas para reconhecimento do trabalho como dimensão formadora. Assim como no IEJC, o trabalho no EIV não é apenas produtivo, mas também educativo e político.

Outro ponto de diálogo é a valorização da coletividade e da organização social. O IEJC estrutura seu processo educativo a partir da inserção dos educandos em coletivos, como os Núcleos de Base, onde se desenvolvem práticas de gestão democrática e participação. No EIV, essa mesma lógica é adotada, pois a convivência coletiva possibilita aos estudantes compreenderem, na prática, as formas de organização coletiva e os processos democráticos nas tomadas de decisão utilizados nas comunidades assentadas.

A inserção na realidade é, talvez, o elemento mais significativo de aproximação entre o método do IEJC e o EIV. Ambos partem do pressuposto de que a formação ocorre no contato direto com a realidade concreta, permitindo aos sujeitos compreenderem as contradições sociais e desenvolverem uma consciência crítica, através da reflexão teórica do vivenciado. No caso do EIV, essa inserção se dá por meio da vivência em comunidades de famílias assentadas da reforma agrária, possibilitando a leitura crítica do território e das condições de vida dos sujeitos.

Destaca-se que tanto o método do IEJC quanto o EIV estão fundamentados em uma perspectiva de educação comprometida com a transformação social. Ambos entendem a formação baseada na práxis freireana, como um processo que articula conhecimento, prática e engajamento político, contribuindo para a construção de sujeitos capazes de atuar na realidade de forma crítica e transformadora, que são dimensões que compõem os fundamentos da extensão universitária.

2.3 EXTENSÃO RURAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A distinção entre extensão rural e extensão universitária é fundamental para compreender os diferentes sentidos atribuídos à relação entre conhecimento, sociedade e território. Embora ambas compartilhem o objetivo de promover a interação entre saberes e práticas sociais, suas origens, finalidades e metodologias apresentam diferenças significativas, especialmente quando analisadas a partir de uma perspectiva crítica.

A extensão rural, historicamente, esteve associada a políticas de modernização do campo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, esse modelo foi fortemente influenciado por programas de difusão tecnológica vinculados ao desenvolvimento agrícola, com o objetivo de aumentar a produtividade e integrar os agricultores ao mercado. Segundo Martins (1994), esse processo esteve alinhado à expansão do capitalismo no campo, muitas vezes desconsiderando os saberes tradicionais e reforçando relações de dependência entre técnicos e agricultores.

Nesse sentido, a extensão rural tradicional caracterizou-se por um modelo verticalizado de transmissão de conhecimento, no qual o técnico é o detentor do saber e o agricultor ocupa uma posição passiva. Tal lógica foi criticada por Paulo Freire (1983), que a definiu como uma prática de "invasão cultural", na medida em que impõe conhecimentos externos sem considerar a realidade e a cultura dos sujeitos envolvidos. Para o autor, a extensão, nesse formato, reproduz relações de dominação e impede a construção de uma educação emancipadora.

Em contraposição, emergem propostas de extensão rural críticas, ou participativas, que buscam valorizar os saberes locais e promover a construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva aproxima-se de abordagens agroecológicas e de desenvolvimento territorial, nas quais os agricultores são reconhecidos como sujeitos ativos do processo. Ainda assim, as contradições entre modelos tradicionais e críticos permanecem presentes nas práticas extensionistas.

Por outro lado, a extensão universitária, especialmente a partir das diretrizes mais recentes no Brasil, assume um caráter formativo, interdisciplinar e socialmente comprometido. Conforme o FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2012), a extensão universitária deve ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, promovendo a interação transformadora entre universidade e sociedade.

Apesar dos avanços teóricos e institucionais, tanto no campo da extensão universitária como da extensão rural, ainda são recorrentes as práticas que se configuram como ações pontuais, desarticuladas da continuidade da vida das comunidades e das dinâmicas territoriais

em que se inserem. Essas iniciativas, muitas vezes realizadas sob a forma de intervenções rápidas, campanhas ou atividades isoladas, tendem a reproduzir uma lógica assistencialista, limitando o potencial transformador de ambas. O EIV, como ação de extensão universitária, atua em perspectiva diferente dessa, promovendo a formação profissional de futuros extensionistas rurais em conformidade com as diretrizes preconizadas pelo FORPROEX (2012) e alinhada com os métodos do IEJC (2003).

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Conforme Minayo (2002) o uso da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo, considerando a complexidade das práticas formativas baseadas na vivência. Os procedimentos para obtenção de dados primários envolveram análise documental e entrevistas com estagiários(as) e organizadores(as) do EIV-UFSM nas edições de 2025 e 2026. Também foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema.

Inicialmente realizou-se revisão bibliográfica com o intuito de compreender os fundamentos teóricos e metodológicos do EIV, além de mapear o estado da arte sobre o tema. Foram analisados artigos científicos, relatos de experiência e outras produções acadêmicas que abordam o EIV em diferentes contextos territoriais. Além disso, foi realizada a análise e síntese do método do Instituto Josué de Castro, utilizado como referência para realização do EIV, com base na produção teórica e publicações do IEJC.

A análise documental foi realizada através do levantamento e sistematização de informações sobre o funcionamento do EIV-SM, com base em memórias escritas das atas de reuniões realizadas pela comissão organizadora do estágio antes, durante e depois da sua realização. Essa etapa buscou descrever a estrutura organizativa do estágio, incluindo suas fases de planejamento, formação prévia, inserção nas comunidades, desenvolvimento das atividades e momentos de avaliação.

As entrevistas foram realizadas com dois grupos de sujeitos: estagiários participantes da 20° edição do EIV-SM (2026) e membros da comissão organizadora, denominada Comissão Político-Pedagógica (CPP) das edições (2025 e 2026). A escolha desse instrumento decorre de sua flexibilidade, que permite explorar, de forma aprofundada, as experiências vividas e as interpretações dos participantes da experiência. As entrevistas foram realizadas em março de

2026, orientadas por um roteiro previamente elaborado, contemplando questões relacionadas às motivações para participação, às vivências nos territórios, aos aprendizados construídos, às dificuldades encontradas e à avaliação da proposta metodológica do estágio, divididas em blocos temáticos. Foram entrevistados quatro estagiários e cinco integrantes da comissão organizadora, contemplando critérios de diversidade de gênero e áreas de graduação cursadas. O critério de interrupção da realização de novas entrevistas se deu por saturação de informações.

4. Discussão dos Resultados

Um dos principais resultados evidenciados nas entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da CPP e estagiários(as), bem como nas atas analisadas, refere-se ao protagonismo estudantil na organização do EIV. Ainda que exista acompanhamento docente na coordenação geral do estágio, as decisões pedagógicas, organizativas e logísticas são construídas coletivamente pelo grupo de estudantes responsáveis por sua realização, composto por discentes que participaram como estagiários em edições anteriores do EIV.

Esse aspecto evidencia que o EIV não se configura apenas como uma atividade extensionista de formação acadêmica, mas como um processo educativo com forte dimensão de auto-organização estudantil, no qual os próprios estudantes assumem funções de planejamento, mediação pedagógica e condução das atividades formativas. Tal característica aproxima o estágio dos princípios organizativos presentes no método pedagógico desenvolvido pelo IEJC, especialmente no que se refere à formação de sujeitos coletivos capazes de compreender criticamente a realidade social e atuar de forma articulada com os processos organizativos nos territórios nos quais se inserem.

A participação na organização do estágio implica na participação de espaços de estudo e formação específicos para quem compõem a CPP, que são anteriores à chegada dos estagiários(as) ao assentamento. A semana que antecede a realização do EIV é marcada por encontros preparatórios voltados à formação política, pedagógica e organizativa da CPP, nos quais são discutidos os objetivos do estágio, os fundamentos do método pedagógico adotado e as estratégias de acompanhamento dos estagiários por meio dos Núcleos de Base. Esse processo contribui para que os estudantes organizadores assumam não apenas tarefas operacionais, mas funções pedagógicas diretamente relacionadas à condução do processo educativo.

Ainda que a condução dos espaços pedagógicos pelos membros da CPP seja atravessada pelas trajetórias individuais e pelas diferentes experiências organizativas de cada estudante, observa-se a existência de um referencial metodológico comum, que orienta a realização das atividades formativas. Esse referencial se expressa na centralidade atribuída ao trabalho coletivo e à sistematização e reflexão cotidiana sobre a aplicação do método, constituindo elementos estruturantes da proposta pedagógica do estágio.

Além disso, a organização coletiva do EIV possibilita a construção de responsabilidades compartilhadas, fortalecendo a compreensão do trabalho coletivo como dimensão constitutiva da formação universitária crítica. Diferentemente de experiências extensionistas tradicionais, nas quais os estudantes ocupam posição predominantemente executora de atividades previamente definidas por docentes ou instituições, observa-se no estágio um deslocamento da posição discente para a condição de sujeito ativo da construção pedagógica. Assim, o protagonismo estudantil constitui elemento estruturante da metodologia do estágio, contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com a transformação social e com a construção de práticas educativas vinculadas às lutas históricas pela reforma agrária. Essa característica aproxima o EIV das concepções de extensão rural e universitária de caráter crítico e dialógico, nas quais os estudantes deixam de ocupar posição passiva no processo formativo e passam a assumir papel ativo na construção do conhecimento em interação com os sujeitos dos territórios (Freire, 1983; Caporal, 2002; Correia Dias et al., 2013).

A centralidade do protagonismo estudantil expressa-se também na própria estrutura organizativa da CPP, cuja atuação se desdobra em diferentes frentes de trabalho, com funções pedagógicas e organizativas complementares. Nesse sentido, as entrevistas evidenciam diferenças importantes entre as funções desempenhadas por discentes que compõem a CPP NB - responsável pelo acompanhamento pedagógico dos NBs e os discentes que compõem a CPP Infraestrutura - responsável pela infraestrutura durante a realização do estágio.

A CPP NB exerce papel central no acompanhamento pedagógico cotidiano dos estagiários(as), sendo responsável pela condução das reuniões diárias de avaliação e sistematização do processo formativo realizado. Os encontros diários dos NBs nas etapas de preparação e avaliação constituem espaços privilegiados de reflexão coletiva, nos quais os participantes dialogam sobre os temas estudados ao longo do dia e elaboram criticamente suas percepções sobre as atividades desenvolvidas durante o estágio.

> Nos possibilita perceber os pontos de vista, mesmo a gente tendo assistido, passado pela mesma situação, era legal ter essa troca, porque às vezes uma pessoa percebe algo diferente da outra, então aconteciam conversas bem interessantes no grupo. Fora

> a questão de que a gente tinha sempre o auxílio, eu ficava, tinha muita dúvida, assim, de termos que eu não conhecia, coisas que eu não sabia, e eu me senti bem orientada. (Estagiária 1, 2026).

As reuniões dos NB configuram-se, portanto, como espaços pedagógicos de reflexão de amplo espectro, revelando-se como fundamentais para o processo de formação crítica dos estudantes, possibilitando não apenas a sistematização da experiência vivida, mas também a expressão de sentimentos, dúvidas, inquietações e percepções que muitas vezes não emergem nos espaços plenários do estágio. Configura-se assim como espaço de construção coletiva de conhecimentos, que não se limita às percepções individuais, mas se fundamenta também nas sínteses elaboradas pelos demais membros do Núcleo de Base.

Por outro lado, a CPP Infraestrutura desempenha funções organizativas fundamentais para a viabilização material do estágio, sendo responsável pela organização da alimentação, dos transportes, dos espaços de alojamento e do funcionamento cotidiano das atividades. Ainda que sua atuação não esteja diretamente vinculada à condução pedagógica dos Núcleos de Base, trata-se de uma dimensão que integra o processo educativo do estágio, na medida em que explicita a centralidade do trabalho coletivo como princípio formativo.

Ademais, a CPP Infraestrutura, embora tenha como atribuição central a viabilização das condições materiais do estágio, também desempenha o papel de acompanhamento e orientação dos estagiários(as). Na medida em que não está vinculada a um núcleo de base específico, ela dispõe de uma visão mais ampla do processo de estágio, possibilitando uma perspectiva de totalidade. Além disso, cabe à CPP Infraestrutura estar atenta para situações e ocorrências no âmbito do estágio que possam não ser percebidas pela CPP NB, para serem analisadas nas reuniões de toda a CPP.

Assim, a atuação diferenciada entre as duas frentes da CPP (NBs e Infraestrutura) não expressa uma hierarquização de funções, mas a materialização concreta de um princípio pedagógico estruturante do estágio: a integração entre organização coletiva e formação política. Essa articulação dialoga com princípios pedagógicos historicamente construídos nas experiências educativas vinculadas ao MST, nas quais o trabalho coletivo assume papel estruturante na formação política dos sujeitos (Luz, 2024). Nessa perspectiva, organização e formação não se configuram como dimensões separadas, mas como momentos complementares de um mesmo processo educativo.

Essa articulação entre trabalho organizativo e trabalho formativo também se expressa na organização do tempo no interior do estágio, que constitui outro elemento estruturante da metodologia do EIV. Os dados empíricos evidenciam diferenças significativas entre a

distribuição do tempo de trabalho e de descanso entre estagiários(as) e membros da CPP nas etapas de preparação e avaliação.

> Já o descanso tínhamos 1h depois do almoço, que contava como descanso, e a tarde/noite tínhamos das 17h às 19:30 como horário de descanso, sendo até 18h descanso livre, até 18:30 reunião de NB, e até 19:30 jantar/descanso. Durante a noite o horário de silêncio começava às 23h, e as atividades se encerraram entre 22h e 22:30. Em média de 3h a 3h30 de descanso durante o dia e, se somados com horário de silêncio/sono, um total geral de aproximadamente 11h - 11h30. (Estagiário 2, 2026)

No caso dos membros da CPP, que acompanham todas as atividades cotidianas dos estagiários(as) e, além disso, têm rotinas específicas exclusivas da CPP, relacionada à condução das atividades do estágio, ao acompanhamento dos NB, ao planejamento das atividades e à organização cotidiana das tarefas necessárias à realização das atividades, observa-se uma jornada diária de trabalho super intensa.

> Então para descanso em si, tinha noites que a gente dormia três, quatro horas, os CPPs. porque depois de toda a rotina diária, ainda tinha reunião da CPP que acontecia geralmente depois das onze horas da noite e se estendia. (CPP 1, 2026).

Conforme evidenciado nas entrevistas realizadas com membros da CPP, a ampliação do tempo dedicado às atividades organizativas implica também desgaste físico e emocional significativo durante o período do estágio, especialmente em função da redução do tempo destinado ao descanso. Ainda assim, essa experiência é compreendida pelos próprios organizadores como parte do processo formativo, na medida em que possibilita vivenciar concretamente as exigências do trabalho coletivo e da organização de atividades político-pedagógicas de maior complexidade.

Essa diferenciação na organização do tempo não se configura como uma assimetria organizativa, mas como uma estratégia pedagógica intencional orientada pelos princípios do método pedagógico do IEJC. Nesse sentido, a distribuição do tempo busca garantir que os estagiários(as) possam priorizar sua participação nas atividades formativas, nas vivências comunitárias e nos momentos de sistematização coletiva das experiências. Todavia, a carga cotidiana de trabalho dos discentes que compõem a CPP revela-se como uma dimensão a ser aprimorada na realização do EIV.

Além disso, o tempo de descanso assume função pedagógica específica no interior do estágio. Longe de representar apenas um intervalo entre atividades, esse tempo constitui espaço de convivência coletiva, elaboração crítica das experiências vividas e construção de vínculos entre os participantes. Tais dimensões contribuem diretamente para o fortalecimento da

formação interdisciplinar proposta pelo EIV, uma vez que possibilitam a troca de percepções entre estudantes de diferentes áreas do conhecimento. Assim, a organização do tempo evidencia que o processo formativo não se restringe aos espaços formais de ensino, mas se constrói também nos momentos de convivência, reflexão coletiva e elaboração compartilhada da experiência. Essa dimensão temporal do processo formativo dialoga com práticas organizativas historicamente desenvolvidas pelo MST, nas quais a distribuição das tarefas e dos tempos de trabalho, estudo e convivência constitui elemento estruturante dos processos educativos. Ainda que os participantes do estágio não sejam integrantes do movimento, a vivência dessa organização temporal contribui para ampliar sua compreensão sobre o funcionamento interno das experiências coletivas construídas no interior da luta pela reforma agrária (Pigozzi et al., 2024).

Entretanto, apesar da consistência organizativa observada na condução cotidiana do estágio, as entrevistas realizadas com membros da CPP evidenciam limites importantes, relacionados ao processo de formação metodológica do próprio coletivo responsável por sua realização. “Acho que o principal desafio são as fragilidades na aplicação do método, acho que é isso, a gente faz um estudo muito em cima da hora.” (CPP 3, 2026)

Observa-se que a preparação para a atuação pedagógica ocorre predominantemente na semana anterior ao estágio, o que dificulta uma apropriação mais aprofundada dos fundamentos teóricos e políticos do método pedagógico adotado. Além disso, tanto no período de formação metodológica prévia ao EIV quanto durante sua realização, os membros da CPP vivenciam processos formativos simultâneos aos dos estagiários(as), o que pode dificultar a elaboração de sínteses acerca dos conteúdos estudados.

Esse limite evidencia uma tensão recorrente em experiências extensionistas organizadas a partir do protagonismo estudantil, nas quais a intensidade das atividades organizativas nem sempre é acompanhada por processos sistemáticos de formação teórico-metodológica ao longo do ano. Estudos sobre o EIV em diferentes contextos territoriais apontam que a continuidade dos processos formativos constitui elemento estratégico para o fortalecimento da coerência pedagógica das experiências (Maia et al., 2011; Correia Dias et al., 2013).

Além disso, identificou-se a ausência de processos sistemáticos de avaliação após a realização do estágio. Considerando a perspectiva do materialismo histórico-dialético, a autocrítica constitui elemento fundamental para a compreensão das contradições presentes nos processos organizativos e para o avanço qualitativo das experiências formativas, na medida em que permite transformar a prática em objeto de reflexão coletiva e de reelaboração pedagógica.

> Por isso que é importante sempre a sistematização dessa experiência, porque a partir disso você consegue ver - isso funciona, isso não funciona, isso apresenta hoje em dia uma outra diferença. Vamos lembrar que em 2003 não existia WhatsApp, não existia Instagram, não existia celular com internet praticamente. Então muita coisa mudou e o método, ele precisa ser atualizado nesse sentido, mantendo essa forma de ver, de ler a realidade, de entender a realidade, que é o materialismo histórico dialético, entender as coisas como contradições, como movimento. (CPP 2, 2026).

Nesse sentido, a consolidação de espaços permanentes de formação da CPP ao longo do ano poderia contribuir para aproximar ainda mais o estágio das experiências pedagógicas desenvolvidas no âmbito da educação do campo, nas quais a formação continuada dos sujeitos envolvidos no processo educativo constitui elemento estruturante da prática pedagógica (Caldart, 2004). O fortalecimento desses espaços tende, portanto, a ampliar a capacidade organizativa do coletivo responsável pelo estágio e a potencializar seus efeitos formativos no interior da universidade, possibilitando também a revisão do método adotado, formulado em 2003, em um contexto anterior à consolidação da internet como fenômeno estruturante das relações sociais, o que demanda sua atualização frente às transformações nas formas de interação, comunicação e produção do conhecimento.

5. Considerações finais

A análise da metodologia do Estágio Interdisciplinar de Vivências de Santa Maria (EIV-SM) permite compreender essa experiência como um importante espaço de formação universitária para futuros extensionistas rurais, pois articula extensão universitária, vivência territorial e formação política. Ao aproximar estudantes da realidade concreta das comunidades rurais e dos assentamentos da reforma agrária, o estágio contribui para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas sociais, produtivas e territoriais do campo brasileiro, possibilitando que os participantes desenvolvam leituras críticas sobre as desigualdades, conflitos e estratégias de resistência presentes nesses espaços.

Entre os principais aspectos evidenciados na pesquisa, destaca-se o protagonismo estudantil como elemento estruturante da metodologia do estágio. Nesse sentido, a atuação da Comissão Político-Pedagógica evidencia uma dimensão formativa que ultrapassa os modelos tradicionais de extensão universitária, ao deslocar os estudantes da posição de participantes para a condição de sujeitos responsáveis pela condução do processo educativo.

Os dados analisados também evidenciam que a organização coletiva do estágio, expressa na divisão de responsabilidades entre diferentes frentes de atuação, constitui elemento central da proposta pedagógica. A articulação entre trabalho organizativo, reflexão coletiva e vivência territorial contribui para a construção de um processo formativo interdisciplinar, no qual o aprendizado se desenvolve tanto nos espaços formais de discussão quanto nos momentos de convivência coletiva e sistematização da experiência.

Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu identificar limites importantes relacionados à preparação metodológica dos estudantes responsáveis pela condução do estágio e à ausência de processos mais sistemáticos de avaliação e autocrítica após sua realização. Esses elementos indicam a necessidade de ampliar os espaços permanentes de formação da Comissão Político-Pedagógica ao longo do ano, de modo a fortalecer a apropriação teórica do método pedagógico utilizado e potencializar a continuidade do processo formativo.

Dessa forma, o EIV-SM revela-se como uma experiência relevante no interior da universidade, tanto por promover o diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes populares, quanto por contribuir para a formação de estudantes comprometidos com a compreensão crítica da realidade social. Ao mesmo tempo em que evidencia a potência dessa proposta pedagógica, a análise aponta caminhos para seu aprimoramento, especialmente no que se refere à consolidação de processos formativos continuados e à sistematização coletiva das experiências vividas. Esses elementos podem fortalecer ainda mais o papel do estágio como espaço de construção de conhecimentos, de aproximação entre universidade e sociedade e de formação de extensionistas rurais mais sintonizados com a realidade e melhor preparados para atuar criticamente na sua transformação.

Referências

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 207–224, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAPORAL, F. R. Superando a revolução verde: a transição agroecológica no RS. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, n. 3, p 70-85, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CARDOSO, Antonio. ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR DE VIVÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA. *[S.d.]*.

CORREIA DIAS, Maria Clara *et al.* Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais do estado do Rio Grande do Norte. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 5, p. 47, 2013.

DA ROS, C. A. Aspectos históricos do surgimento e expansão dos estágios interdisciplinares de vivência (EIV) no movimento estudantil. Estágios Interdisciplinares de Vivência. Cartilha. FEAB. Centro de Ciências Rurais-UFSM: Santa Maria, 2005.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CURRICULARIZAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL . Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, *[S. l.]*, v. 12, p. 1–22, 2024. DOI: 10.35699/2318-2326.2024.51397. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/51397.

FEAB - FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL. Estágios Interdisciplinares de Vivência Santa Maria: Núcleo de Trabalho Permanente em Movimentos Sociais, 2005. p.57.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONZAGA, Douglas de Araujo; SANT'ANA, Antonio Lázaro. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR DE VIVÊNCIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS PARA OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNESP - ILHA SOLTEIRA (SP). *[S.d.]*.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO (IEJC). **Método pedagógico do IEJC (texto interno)**. Veranópolis: ITERRA, 2003.

KENNE, P. O estágio interdisciplinar de vivências (EIV) de Santa Maria/RS como propulsor de tecnologias sociais de apoio à reforma agrária. In: ADDOR, F.; EID, F.; SANSOLO, D. G. (orgs). Tecnologia Social e Reforma Agrária Popular, vol. II, 1ª ed. Marília, SP: Editora Lutas Anticapital, 2021, p. 189-224.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 269–278, 2010.

MAIA, Vinícius M. *et al.* ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR DE VIVÊNCIA: TROCA DE SABERES ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL. **Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social - ISSN 2594-7060**, v. 8, n. 1, 1 dez. 2011.

MARQUES, Gleicy Corrêa Nunes; STALLIVIERI, Luciane. Estratégias Práticas para a Curricularização da Extensão. Revista e-Curriculum, *[S. l.]*, v. 22, p. e53360, 2024. DOI: 10.23925/1809-3876.2024v22e53360. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/53360. Acesso em: 7 abr. 2026.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do; MARTINS, Leila Chalub. Pedagogia da mística: as experiências do MST. **Emancipação**, v. 8, n. 2, p. 109–120, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

PAGEÚ, André Brenner de Alencar *et al.* Relato estágio interdisciplinar de vivência em comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária no estado do Pará. **Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]**, v. 10, n. 3, 2015.

PAIM, Camila Tavares *et al.* Estágio Interdisciplinar de Vivência de Santa Maria/RS: uma retomada histórica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 20, n. 2, 6 out. 2025.

PIGOZZI, Luiza *et al.* A experiência prática da juventude no estágio Interdisciplinar de vivência de Santa Catarina (EIV/SC 2023). **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 27 nov. 2024.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. EDUCAÇÃO E LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA*. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 27–44, 2017.

SCHLEY, A. R. C.; SCHREINER, B. T.; WIOPPIOLD, K. A.; LAZZARETTI, M.; VATTATHARA, S. D.; ZARNOTT, A. V.; LOURENÇO, M. H. O papel dos Estágios

Interdisciplinares de Vivência (EIVs) na formação profissional e na construção da agroecologia. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.